

Universidade de Brasília
Faculdade de Direito
Grupo de Direito Setorial e Regulatório
Grupo de Estudos em Direito das Telecomunicações

Conferência Internacional “Perspectivas das Telecomunicações nas Américas e Europa”, de 28/02/2005 a 1º/03/2005 (UnB)
Registro do Evento

Notícias sobre o Evento

Regulamentação

Convergência é o destaque em conferência da Anatel e UnB 28/02/2005, 19h05 A submissão a um cenário de convergência das telecomunicações e a necessidade de utilizar todos os recursos disponíveis e ainda adaptar as funções regulatórias, para ao menos “ não atrapalhar ” os processos convergentes, foram os grandes destaques nas intervenções do primeiro dia de debates da Conferência Internacional sobre Perspectivas das Telecomunicações nas Américas e Europa, realizada na Universidade de Brasília. Convergência e marco regulatório O ministro das Comunicações, Eunício de Oliveira, que abriu o encontro, destacou a importância da convergência das telecomunicações para que o Brasil possa atingir um novo patamar no desenvolvimento das telecomunicações. Já o presidente substituto da Anatel, Elifas Gurgel do Amaral, em seu discurso, destacou a necessidade de reorganizar e adequar a Anatel para que esta seja capaz de acompanhar “ os novos momentos das telecomunicações nos campos tecnológicos e de serviços ” , e ao mesmo tempo dispensar atenção especial ao marco regulatório, para que o conjunto de regulamentos e de preceitos normativos possam ser suficientes para acompanhar os novos cenários das telecomunicações. Gurgel do Amaral saudou a parceria Anatel/UnB e anunciou que esta é apenas a primeira das alianças da agência com uma universidade, e que a idéia é ter outras parcerias de forma a permitir uma atenção ainda maior aos aspectos regulatórios de sua atuação e adequar a regulamentação ao desenvolvimento tecnológico, além da antecipação normativa aos avanços da criatividade humana. A Conferência está sendo realizada pelo Grupo Interdisciplinar de Políticas, Direito, Economia e Tecnologia das Comunicações da Universidade de Brasília (GCom), com a Anatel e União Internacional de Telecomunicações (UIT). Da Redação - TELETIME News

Política

Para Minicom, Fust e convergência são prioridades 28/02/2005, 19h17

A professora Regina de Felice, diretora do departamento de serviços e de universalização de telecomunicações do Ministério das Comunicações, destacou em sua apresentação durante a Conferência Internacional realizada pela Anatel e UnB nesta segunda, 28, alguns dos temas que, segundo ela, estão sendo tratados como prioridade do governo brasileiro. Entre os temas estão: a convergência das comunicações e a inclusão digital; a revisão da carga tributária incidente sobre os serviços de telecomunicações; a aplicação dos recursos do Fust, “ uma questão de honra ”, segundo suas palavras; o desenvolvimento de tecnologias para atingir as regiões mais inacessíveis do País; e implementação do novo Plano Geral de Metas de Universalização a ser contratado com as empresas a partir da renovação dos contratos de concessão. A diretora de universalização manifestou-se ainda em relação ao valor cobrado como assinatura básica pela telefonia fixa: "Muito cara", segundo ela, o que provoca o crescimento da base de serviços móveis na modalidade pré-paga, "cujo valor das ligações é muito mais caro, mas não exige do usuário o pagamento mensal de uma tarifa fixa." Ancinav "engavetada" Regina lembrou ainda que já começou a discussão sobre a Lei de Comunicação Eletrônica de Massas, e que por esta razão o governo decidiu "engavetar", por enquanto, a proposta de criação da Ancinav, discutida exaustivamente durante todo o ano passado.

Da Redação
TELETIME News
Política

Governo argentino faz auto-crítica do processo de privatização 28/02/2005, 19h41

Em sua participação na Conferência Internacional sobre Perspectivas das Telecomunicações nas Américas e Europa, realizada nesta segunda, 28, em Brasília, o secretário de comunicação da Argentina, Mário Moreno, revelou insatisfação com o modelo de privatização adotado por seu país. Moreno lembrou que a privatização das telecomunicações na Argentina destruiu a capacidade de produção industrial do país, especialmente porque não interessava aos novos controladores (na ocasião da privatização, as estatais da Espanha, França e Itália dividiram o país ficando com as outorgas) manter a produção de equipamentos na Argentina, e sim importar de seus países de origem. Além disso, Moreno mostrou que não foram feitos os investimentos prometidos para a melhoria da infra-estrutura do setor e os novos controladores ganharam muito dinheiro apenas com a infra-estrutura existente. Essa constatação, aliás, leva o governo argentino a acreditar que a solução para o aumento da competição no país passa pela possibilidade de garantir aos novos entrantes financiamento para a construção de suas próprias redes. O raciocínio de Moreno é bastante simples: se o governo garante para as entrantes a diferença de custo da construção de uma nova rede de telecomunicações em relação ao valor que a incumbent cobraria pelo aluguel da sua rede, é evidente que a incumbent fará de tudo ” para alugar sua rede à entrante, até para aumentar seus lucros. Outra proposta polêmica do secretário argentino diz respeito à utilização dos recursos recolhidos como fundo de universalização das telecomunicações no país vizinho. Lá, como aqui, o governo ainda não usou os recursos do fundo. Ao contrário do governo brasileiro, que tem "crise de consciência", o secretário argentino afirma que não usou e não usará esses recursos, porque estes seriam para cumprir metas de universalização que deveriam estar sendo cumpridas pelas empresas. E estas empresas, disse ele, têm alta lucratividade sem melhorar sua rede de telecomunicações. Da Redação - TELETIME News.

RESUMO

Dos temas discutidos nos quatro painéis da Conferência Internacional “Perspectivas das Telecomunicações nas Américas e Europa”, por seu caráter além fronteiras, vale ressaltar, com detalhes, os três painéis com participação dos reguladores de países convidados. O primeiro painel de exposição das políticas de comunicações brasileiras serviu como pauta temática das exposições dos demais países.

SEGUNDO PAINEL: Mario Guillermo Moreno – Argentina; Christian Nicolai Orellana – Chile; Jaime Cárdenas Tovar – Peru; Jorge Bittar – Brasil). No segundo painel, apresentou-se pelo atual presidente da CITELE e Secretário de Comunicações da Argentina, uma visão crítica valorizando a presença estatal na opção por duplicação de infra-estrutura, explicando que o modelo argentino em vias de adoção prevê o dever da operadora dominante de ceder a utilização da rede pré-existente para viabilização de novos entrantes, mas não para eximi-los da construção de infra-estrutura. Assim, o novo marco regulatório argentino privilegia a entrada de novos jogadores sob a condição de fazerem investimentos em redes próprias. Ele privilegia, portanto, um tabu setorial de ogeriza à duplicação de infra-estrutura. Buscando o maior investimento em redes mediante o bloqueio de lucros exorbitantes nas empresas, a proposta do discurso argentino é a de definir o preço de interconexão como rigorosamente o preço necessário para garantia do investimento nas novas redes. Além desta visão de conjunto da política pública argentina, o palestrante expôs o esforço cotidiano de convencimento das multinacionais de que não se pode abrir o mercado nacional sem a contrapartida de geração de tecnologia no Estado anfitrião e que é dever das multinacionais o investimento no processo criativo e tecnológico em nível local, priorizando-se a provisão (insumos) de equipamentos em nível local. O ponto alto detectado foi a visão comum dos representantes do Chile e do Peru sobre a função regulatória de garantia de provimento de bons serviços. A tomada de decisão política de orientação do setor de telecomunicações estaria, segundo as exposições, condicionadas à relação de consumo. A intervenção do deputado brasileiro Jorge Bittar serviu para reorientar as discussões e focar nos mecanismos de universalização para inclusão digital. A posição do presidente da CITELE foi inovadora. Propôs que se deslocasse o foco de preocupação sobre a universalização para que os governos se preocupassem com algo que é mais duradouro e fundamental: a garantia de investimento nacional em conhecimento “para recuperarmos a capacidade de pensarmos”. Deu a entender que o único bem que justifica ser garantido pelo sacrifício dos usuários é o de investimento no conhecimento sobre o setor. Sobre a temática da tarifa básica de telefonia, o representante do Chile a justificou pela garantia da infra-estrutura de última milha.

TERCEIRO PAINEL: neste painel, a visão prospectiva foi a dominante tanto na descrição da postura de “minimal regulation” da representante da FCC norte-americana, quanto na visão jamaicana de “gradual liberalização das telecomunicações”. Dentre as confirmações de políticas esperadas, estiveram: tendência de licitações para espectro livre; preservação do espectro como bem público e, portanto, submetido a regime jurídico diferenciado de “property like rights”; preocupação com a fragmentação regulatória.

QUARTO PAINEL: o quarto painel destinou-se à visão europeia, que foi apresentada a partir das perspectivas dos órgãos reguladores da Suécia, da Espanha e da Rússia. Houve dois pontos altos do painel. Um deles esteve na caracterização do modelo setorial russo como um modelo orientado ao próximo quinquênio (2005-2010), em esforço de reestruturação regulamentar implementado em 2004. Outro ponto alto foi o de caracterização do esforço espanhol de incentivo de capital intensivo em pequenas localidades como incubadoras de novos competidores. A exposição espanhola confirmou como o maior problema enfrentado pela regulação do país, o de garantia de espaço para novos competidores.